

Relações de poder no cotidiano escolar: análise e reflexões da relação aluno-escola

Power relations in the school routine: analysis and reflections of student-school

Wilson Ricardo Antoniassi Almeida^a

Editor

Maria Inês Côrte Vitoria
PUCRS, RS, Brasil

Equipe Editorial

Pricila Kohls dos Santos
PUCRS, RS, Brasil
Marcelo Oliveira da Silva
PUCRS, RS, Brasil
Carla Spagnolo
PUCRS, RS, Brasil
Rosa Maria Rigo
PUCRS, RS, Brasil

RESUMO: Este trabalho propõe o estudo das relações de poder presentes na relação aluno-escola, a partir da leitura e análise de fotografias escolares, compreendendo o período entre as décadas de 1950 e a primeira década do século XXI. As situações apresentadas pelas fotografias de épocas diversas fornecem informações importantes e suficientes que revelam a natureza da relação entre o aluno e a escola, permitindo identificar semelhanças, contrastes, mudanças e permanências ao longo do tempo e comparações com a educação contemporânea. A leitura e a análise fotográfica delatam que a ordem e a disciplina são fatores constantes no cotidiano escolar. Por meio deles são estabelecidas as situações de hierarquia e autoridade, caracterizando as relações de poder entre o aluno e a escola. Isso pode ser percebido na disposição das turmas, na interação e no arranjo dos corpos durante as atividades escolares e na organização do trabalho escolar. Ainda hoje, o professor exerce uma relação de poder sobre o aluno, no entanto, não se caracteriza com a mesma intensidade que antigamente.

Palavras-chave: Relações de poder. Fotografia escolar. Relação aluno-escola. Cotidiano escolar.

ABSTRACT: This work proposes the study of power relations in the student-school, from the reading and analysis of school photographs, comprising the period between the 1950s and the first decade of this century. The situations presented by photographs of different ages provide important and sufficient to reveal the nature of the relationship between the student and the school, allowing to identify similarities, contrasts, changes and continuities over time and comparisons with contemporary education. Reading and photographic analysis denounce that order and discipline are constant factors in school life. Through these situations are established hierarchy and authority, characterizing the power relations between the student and the school. This can be seen

e-ISSN 2179-8435



A matéria publicada neste periódico é licenciada
sob forma de uma Licença Creative Commons
- Atribuição 4.0 Internacional.
<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

^a Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011), possui Especialização em Matemática pela Universidade Estadual de Campinas – SP (2011), Especialização em Sustentabilidade Ambiental pela Universidade Estadual Paulista (2008), graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista (2006) e graduação em Licenciatura em Matemática pelo Centro Universitário de Jales-SP (1997). Atualmente é professor na educação básica II, titular de cargo de Matemática na Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, Matemática e Meio Ambiente, com ênfase em Educação. Membro do GRUPISTED – Grupo de Pesquisa de Instituições Educacionais – Linha de Pesquisa: Educação, História e Instituições Escolares. E-mail: <ricantoniassi@hotmail.com>.

in the arrangement of classes, the interaction and arrangement of bodies during school activities and school organization. Even today, the teacher has a relationship of power over the student, however, is not characterized with the same intensity as before.

Keywords: Power relations. Photography school. Student-school. School routine.

Com a implantação da escola primária no Brasil no final do século XIX, esta instaurou, concomitantemente, um conjunto de ritos, espetáculos e celebrações. Por meio das festas, exposições escolares, desfiles, comemorações cívicas, exames, o grupo escolar representava os ideais republicanos e divulgava as suas ações. Esses fundamentos republicanos são legados da influência do positivismo no Brasil, caracterizados pela ideia de um poder centralizado e forte o qual viabilizaria a promoção do progresso do país. A política positivista não reconhece nenhum direito, apenas dever e, por conseguinte, também não há lugar para a liberdade de pensamento e para o individualismo. O texto atual da bandeira nacional “Ordem e Progresso” é influência da política positivista oriunda no lema do sociólogo francês Auguste Comte (1798-1857): “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por meta”. Esses ideais de moral, ordem e progresso foram incorporados pelo exército, seus maiores adeptos, instaurando-se, também, nas instituições do Estado. Tudo isto era parte de uma educação estatal que incluía uma educação (adestramento) política nos ideais da república. Hoje em dia estes sentidos estão enfraquecidos, por isso não há mais rituais educativos de cunho de um ideário político nacional.

Todavia, como observa Souza (1998), em pouco tempo tornou-se desnecessária a propaganda da escola pública para atrair a população. Assim, os rituais adquiriram outros significados, caracterizando como momentos especiais na vida das escolas e da cidade.

Dentre os diversos rituais que permeiam a escola, tem-se um conjunto de normas aplicadas tanto para os alunos quanto para os funcionários que, assim como para qualquer outro grupo social, são imprescindíveis para a vida em sociedade, garantindo a ordem e a disciplina – fundamentais para a convivência entre os integrantes da comunidade escolar, para a organização do trabalho escolar e para o processo educacional, dando forma e caracterizando as atividades realizadas pela escola.

A ordem e a disciplina são fatores constantes no cotidiano escolar. Por meio deles são estabelecidas as situações de hierarquia e autoridade, caracterizando as relações de poder entre o aluno e a escola. Isso pode ser percebido na disposição das turmas, na interação e no arranjo dos corpos durante as atividades escolares e na organização do trabalho escolar.

Para esta análise consideraremos fotografias de três turmas de períodos distintos: décadas de 1950, 1970 e a primeira década do século XXI.

Relações de poder no cotidiano escolar

Relação aluno-escola

A natureza da relação entre o aluno e a escola, mais especificamente da relação professor-aluno, consiste em fatores importantes para o processo educacional. Entre o professor e o aluno existe uma relação de poder, de natureza desigual. A relação professor-aluno torna-se fundamental para o processo educacional, para a construção da história escolar e de vida do aluno, pois são, também, nestas relações que o aluno constrói sua subjetividade, pois seja

O professor autoritário, o professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, o professor irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca. (FREIRE, 1996, p. 73)

Observe a Figura 1, década de 1950, o espaço delimitado pela sala de aula apresenta-se na forma retangular, possuindo quadros-negros na frente da sala e em uma das laterais, um armário ao fundo, as carteiras eram de madeira nobre maciça, com banco e mesa acoplados, enfileiradas, dispostas em duplas, fixas ao chão e voltadas em direção ao professor, de forma que não possibilitava uma disposição diferente. Esse modelo de carteiras duplas, conforme Souza (1998) foi o adotado na maioria das escolas paulistas, pois sendo móveis fundamentais da sala de aula, favoreciam uma economia de recursos financeiros.

Além dos objetos constituintes da sala de aula e da organização na disposição das carteiras, verifica-se, também, na Figura 1, que durante o momento do registro da cena, as crianças estão condicionadas a determinados



Figura 1 – Professora Isabel Ribeiro e sua turma de alunas do 1º ano Feminino, 1954.

Fonte: Acervo de Elizabete Aparecida Moretto.

comportamentos exigidos em função do tempo, lugar e da relação exercida pelo adulto. Elas apresentam-se com perfis de seriedade e respeito, isentas de quaisquer demonstrações de alegria, sentadas numa posição adequada para não agredir a coluna, com os braços cruzados, uniformizadas e portando cabelo curto. Esta situação revela atos de submissão das alunas em relação ao professor, detalhes que sugerem a escola como um espaço para o condicionamento comportamental mediante uma rigorosa disciplina, ordem, higiene, obediência e silêncio.

Entretanto, mais tarde, na década de 1970, a disposição das carteiras encontra-se em formato individual e dispostas em filas únicas, como mostra a Figura 2. Souza (1998) destaca que no início do século XX, nos grupos escolares, as carteiras individuais foram enfatizadas como as melhores do ponto de vista pedagógico, moral e higiênico. A carteira individual constituía um dispositivo ideal para manter a distância entre os alunos, evitando o contato, a brincadeira, a “distração perniciosa”. Sem contato com outros corpos, isolado cada aluno no seu espaço, a disciplina, a moral e a higiene ficavam garantidas. Ainda, conforme Foucault (1999), determinando lugares individuais torna-se possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos, gerando economia no tempo da aprendizagem e transformando a escola não apenas numa máquina de ensinar, mas também de vigiar e de hierarquizar.

Outros atos de submissão coletiva em que o espaço escolar determina padrões nos modos e usos do corpo são observados na Figura 2, numa situação em que os alunos aparecem com os braços estendidos sobre a carteira e olhar atento. Esse exagero na disposição dos corpos simula o retrato da disciplina escolar. Ali tudo inspira ordem e disciplina. A separação dos alunos, também é uma forma de evitar a troca de ideias sem o controle do professor (o Estado), e evitar a associação entre alunos que pudesse vir a suplantar o poder e a autoridade do professor, que representa o Estado autoritário dentro da sala. Hoje em dia o poder do Estado não é exercido de modo tão visível, mas de modo mais velado e lesivo. Uma pretensa liberdade como vemos nas escolas hoje (Figura 3).

Figura 2 – Sala de Aula: turma de alunos da 4ª série, 1975.



Fonte: Acervo de Priscilla Kühn Del Grande.

Observamos nessas situações (Figuras 1 e 2) o culto da ordem e da disciplina, comum na política e nas instituições públicas, bem como o culto à hierarquia. O poder era exercido por meio de sinais visíveis, na organização do espaço, na disciplina das roupas, materiais, comportamentos e gestos. Os corpos, propriedade do Estado, também devem comportar posturas, cujas aulas de Educação Física não têm como intuito o exercitar livre dos corpos, mas é mais uma maneira de educação disciplinar do corpo, por meio do estabelecimento de posturas e gestos. A disciplinarização dos corpos se associa à organização do espaço. Assim é a escola, espaço do sistema capitalista e corporativo que se apropria do corpo e do tempo do estudante. Como observa Souza (1998, p. 143): “ordem, limpeza e disciplina são componentes primordiais para uma boa organização escolar, fazem parte de um conjunto de dispositivos de contenção de gestos, dos instintos e das emoções”.

Era uma época em que os alunos eram repreendidos, ou seja, sem liberdade de expressão de seus anseios, dificuldades e necessidades.

No plano das representações que os professores fazem do aluno, normalmente o bom aluno é aquele que é asseado, estudioso, atencioso e, principalmente, obediente, o que quase sempre significa ser submisso. Ora, com isso pode-se estar criando um indivíduo automatizado, sem iniciativa, que será quase sempre dominado. Se ele não pode ter iniciativas, por mais sensatas que possam ser, no ambiente da escola, possivelmente se sentirá tolhido em fazer isso em outras situações, em outros lugares, e a escola torna-se, portanto, um local de reforço de tal comportamento. (TOMAZI, 1997, p. 44)

A educação restringia-se ao ambiente da sala de aula, com a utilização dos recursos do quadro-negro e giz, o professor transmitia o conteúdo como verdade absoluta e de forma autoritária, e o aluno assumia um papel passivo no processo educacional, sendo uma relação em que o professor era o único detentor do conhecimento e o silêncio

Figura 3 – Turma de alunos da 5ª série do Ensino Fundamental, 2009.



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Brasil.

na sala de aula fazia-se necessário para que a transmissão do saber fosse efetuada com sucesso. O escrito na parte superior do quadro-negro da sala de aula (Figura 1) dizendo “Faça o favor de ficar quieto” auxilia a justificar a relação analisada. Isto explica o sucesso em termos de disciplina neste período escolar.

Nas salas de aula há uma determinada disposição espacial das mesas, carteiras e armários e, como vemos na Figura 1, à frente da sala possui um espaço destinado à mesa do professor cuja disposição encontra-se à frente das carteiras dos alunos, que geralmente estão dispostas em filas, e esta relação na organização do mobiliário já define uma visão de como é o processo de ensino e aprendizagem. O professor situa-se num lugar de destaque, às vezes ainda mais alto que o restante da sala, o que lhe confere, espacialmente, uma visibilidade geral e, conseqüentemente, autoridade para poder controlar, vigiar e disciplinar por meio de um simples olhar, além de representar e diferenciar quem sabe e deve ensinar de quem deve aprender. Esse controle inicia-se com a chamada nominal, para saber quem está ou não na sala de aula. O sucesso do poder disciplinar, como observa Foucault (1999, p. 143), acontece por meio de mecanismos simples: “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.”

Um intenso elemento disciplinar é a fila, presente no arranjo das carteiras nas salas de aula (Figuras 1 e 2) e caracterizada, ainda, em várias outras situações escolares, como na disposição dos alunos para cantar o hino nacional, no momento de receber a merenda, no trânsito entre os corredores da escola durante entrada dos alunos para a sala de aula e para a sua saída. A organização por fileiras define a forma de repartição dos estudantes. A posição que um aluno ocupa na fila torna-se unidade, na qual representa um movimento permanente onde um substitui o outro num espaço.

Assim, por meio de uma disciplina pode-se produzir um padrão de aluno que responda satisfatoriamente e disciplinarmente às demandas da instituição, para isso é necessário tornar o corpo produtivo, disciplinando-o quanto a horários, modos e atividades. Isto é revelado pelas fotografias (Figuras 1 e 2), o caráter alienante da dinâmica dos corpos e dos objetos, na medida em que serve para educar um cidadão eficiente para o Estado, mas com liberdade e autogestão negados, na medida em que seu corpo, seu ser todo, pertence ao Estado. É o ápice do ideal republicano, na medida em que o poder precisa de todos os corpos, úteis, para se sustentar.

Destaca-se, também, a implicação que a relação entre o tempo e o espaço escolares resultava na racionalidade da vida social e na construção da temporalidade urbana. O tempo escolar, conforme Souza (1998) se expressa também como tempo disciplinar: respeitando e cumprindo horários, de forma precisa e no momento adequado. Configurando-se numa forma de a criança aprender a concepção cultural do tempo que regulamenta a vida social.

Todas as atividades que compõem a dinâmica do cotidiano escolar estão determinadas pelo horário. Um controle rígido e contínuo do horário de chegada e de saída, de início e de término. Há horário para a entrada e saída da escola e para o recreio (intervalo), início e fim de cada aula, cada atividade ou período. Na escola há tempo para tudo, para

estudar, brincar e, sobretudo, o maior tempo é de estudar. O professor, na sala de aula (Figuras 1, 2 e 3), fiscaliza e pressiona, afastando aquilo que possa comprometer a qualidade do tempo. Esse controle funciona como correção e prevenção, como uma economia do poder.

Para Foucault (1999), mediante o mecanismo da disciplina, o poder tem a função de adestrar corpos e mentes nas sociedades atuais, para se apoderar ainda mais dos gestos, gostos e modos de pensar dos sujeitos, impondo limitações, proibições ou obrigações. Constitui-se num poder modesto que funciona de forma calculada e permanente, produzindo indivíduos como objetos e instrumentos de seu exercício.

Na organização do trabalho escolar, o diretor representa a autoridade máxima da escola, pois ocupa a posição hierárquica mais elevada, regendo a todos na escola. Logo em seguida, em nível hierárquico inferior, está o professor, autoridade imediatamente superior aos alunos. O reconhecimento dessas autoridades é percebido diante da interação entre os corpos de níveis hierárquicos distintos. Por exemplo, quando o professor adentra a sala de aula, imediatamente, acontece uma mudança na exposição dos corpos, tornando-se mais contidos e silenciosos. O respeito é conquistado por meio de uma teia de disciplina de poder que amedronta, com o diretor e o professor, sempre distantes e se relacionando de modo desigual e nada humano. No entanto, isto não significa que neste momento da escola os alunos eram mais educados, pois seus corpos e emoções eram muito mais contidos.

Como uma escola, assim, poderia produzir cidadãos conscientes, livres e com capacidade de autogestão? Nunca, nem era sua intenção, pois o Estado quer controlar os corpos. Hoje este controle é feito de modo mais sutil e pernicioso. Parece que o Estado cede demais, mas na verdade seu controle só tem aumentado.

A rotina escolar compõe um conjunto de deveres e atividades em que muitas vezes a liberdade encontra-se fora da sala de aula, em outros espaços intersticiais como corredores e o pátio. Para Souza, (1998, p. 141), “não obstante, ir ao sanitário poderia consistir em um passaporte para o refúgio, um momento para gazer”.

Todavia, mesmo diante de uma disciplina rígida, havia atos indisciplinados, ou seja, aqueles que não estavam em correspondência com as leis e normas da escola, pois “a escola, ao produzir disciplina, está também produzindo sua indisciplinada” (COSTA, 2002, p. 44). A indisciplinada torna-se então um sintoma do comportamento individual, é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra e o que se afasta dela, ou seja, um desvio (FOUCAULT, 1999). A indisciplinada, nada mais é, neste sentido, do que uma manifestação da individualidade num ambiente de dura repressão. Na escola,

[...] funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (FOUCAULT, 1999, p. 149)

Quando o poder demonstra os corpos afastando-se das normas, a punição faz-se necessária. O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios, sendo essencialmente corretivo. Esse poder oculto nas relações cotidianas controladas é responsável por práticas produtoras de sujeição, comparação, hierarquização, diferença, homogeneização e exclusão, ou seja, ele normaliza (FOUCAULT, 1999). De acordo com Souza (2008, p. 49), “por meio de prêmios e castigos, como o elogio perante a sala, cartões de boa nota, nome do aluno no quadro de honra, admoestação particular, notas baixas, privação do recreio, entre outros, as crianças apreenderiam as condutas desejáveis”.

Recordo-me que, quando aluno, no final da década de 1980, era comum a prática de castigos aplicados pelos professores aos alunos que não correspondiam à disciplina exigida pela escola. Até a conclusão da educação básica, no início dos anos de 1990, sentíamos uma grande necessidade em ser disciplinado com o corpo e com os estudos, pois, poderíamos ser reprovados por poucos décimos de pontos, quando, eventualmente, não atingíssemos as notas. O professor participava de uma relação de poder muito mais intensa sobre o aluno.

A disciplina, muitas vezes, era conquistada por meio da punição do corpo, com castigos físicos ou situações vexatórias, ridicularizando o aluno perante os demais. “Esses comportamentos têm razão de ser e podem até ajudar no encaminhamento sério das questões de aprendizagem, mas podem também ser mera demonstração de autoritarismo, em que se procura deixar claro ‘quem é que manda na escola’” (TOMAZI, 1997, p. 43).

A avaliação representa outro elemento de constante presença na rotina escolar, pois sempre quando o professor se faz presente ela acontece, desde a mera observação e acompanhamento dos alunos durante as atividades, como as situações que aparecem nas Figuras 1 e 2, pois durante o momento da pose para a foto, sem dúvida, a professora espera uma postura ideal de todos os alunos. Observe a vigilância do professor sobre os alunos. A presença da professora garante que o aluno não olhe para o lado nem converse com o colega. Já na Figura 3, a dinâmica do processo de realização da atividade é orientada e, concomitantemente, supervisionada pela professora. Nesse contexto, percebe-se que os alunos estão muito mais espontâneos, demonstrando emoções e gestos.

Para tanto, a avaliação que deveria ser aplicada com caráter pedagógico, em benefício do aluno, durante muito tempo foi utilizada pela escola como instrumento para garantir a disciplina, como um ritual para controlar, qualificar, classificar e punir. O comportamento do aluno era considerado como um dos critérios de avaliação, e a este era atribuído uma nota. Dessa forma, a aprovação do aluno estava condicionada, além de seu rendimento e frequência, à sua disciplina. Nesse contexto, as provas vinculavam a formação do saber com o exercício do poder, que é exercido sem ser percebido, cuja individualização, que é mensurada e comparada, encontra-se registrada em diários de classes, boletins e nos relatórios de conselhos de classe e série.

Muitos alunos, devido à reprovação, abandonavam a escola e outros, em razão de inúmeras reprovações sucessivas eram considerados pela escola, inaptos ao estudo. A avaliação, de acordo com Souza (2008, p. 49), possuía

“uma dupla finalidade: pedagógica e disciplinar. Os exames aperfeiçoaram o sistema de classificação dos alunos em classes e séries e, ao mesmo tempo, tornaram-se mecanismos de punição, controle e hierarquização”. Além disso,

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. (FOUCAULT, 1999, p. 154)

Atualmente, não se pode garantir que a punição do corpo não ocorra mais nas escolas, mas não é legitimada com a mesma natureza e intensidade como anteriormente, principalmente a partir de 1990 com a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente¹. No entanto, é comum flagrarmos nas escolas, estudantes sendo punidos por meio de advertências, repreensões, suspensões e transferências compulsórias. Portanto, a disciplina não deixou de estar presente e ainda hoje as escolas continuam por meio do poder moldando os corpos dos alunos. Acredito que este poder de moldar os corpos das crianças também esteja fora da escola, pois seus corpos e gestos são moldados sim, veja a padronização do modo de falar, de vestir, de andar... Mas quem cuida desta parte agora é a indústria cultural – meios de comunicação de massa – que produz padrões e os vende e os inculca sem freio. A escola vem perdendo este poder, pois não tem mais este apelo, como tinha antes.

O professor, utilizando a sua autoridade, impede que ocorram falhas e conduz o processo de ensino e aprendizagem, sendo o corpo considerado objeto e alvo do poder e pode ser submetido a adiestramento para obedecer e responder a exigências. O dispositivo que possibilita produzir uma individualidade obediente é a disciplina. Logo, a escola é uma instituição em que o poder disciplinador faz-se presente. Isso evidencia que a educação contemporânea ainda tem sua base na dominação, pois ocorre por meio da normalização.

As relações de poder em que os alunos são submetidos nas instituições escolares os direcionam a uma educação para a obediência, construindo indivíduos submissos não só no ambiente escolar, como também, para os diversos âmbitos de sua vida, inibindo a formação de um sujeito crítico e autossuficiente.

Os procedimentos disciplinares presentes no cotidiano escolar predeterminam a conduta do aluno, neutralizando sua vontade individual. Assim o professor, além de ensinar, molda o aluno conforme um padrão exigido pela

¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece que as crianças têm direito ao respeito dentro do ambiente escolar (artigo 53, inciso II) e estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante (artigo 17-A). (BRASIL, 1990).

instituição, sendo o aluno constantemente controlado, manipulado em função da ordem, da disciplina – atos esperados pelos próprios pais dos alunos.

Existem muitas tentativas de democratizar o espaço escolar, e principalmente as relações no interior da sala de aula, mas isso, normalmente, fica só no plano teórico, pois, apesar do empenho de alguns professores, a relação que se estabelece de fato, na maioria das vezes, é a da imposição da autoridade, que deve ser mantida. Muitos pais até desejam que isso aconteça, isto é, que os(as) professores(as) façam com seus filhos o que eles não querem ou não conseguem fazer. (TOMAZI, 1997, p. 42)

Assim, ainda que o professor seja o detentor do poder na relação com o aluno, atualmente essa relação encontra-se cada vez mais fragilizada, pois com a diminuição dos castigos disciplinares, ao mesmo tempo em que houve uma redução no domínio dos pais sobre os corpos de seus filhos em casa, os professores na escola, muitas vezes, são sujeitados a conviver e a conter um universo muito maior de eventuais desvios disciplinares dos alunos, decorrentes da escassa educação recebida pelos pais. Aí está: este poder saiu da mão dos pais e da escola, e está na mão dos meios de comunicação de massa. Porém, não são eles que têm que lidar com os jovens, e não sentem a consequência da massificação desenfreada.

Ultimamente a escola tende a uma tentativa de democratização no ato de educar, a partir da interação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, no qual o professor assume um papel de orientador e o aluno é percebido em sua singularidade. No entanto, devido ao excesso de alunos nas salas de aula, o empenho do professor em atender cada aluno individualmente, conforme as suas especificidades e necessidades, tem sido prejudicado e, isento de opção, o professor acaba por ministrar a mesma aula a todos da turma, ignorando a heterogeneidade dos alunos.

Porém, se ele pode ter esse espaço para a criatividade e a diversidade na sala de aula, então o(a) professor(a) estará ampliando as possibilidades de esse aluno criar, ser inventivo, questionar, enfim, participar do processo de transformação da sociedade em que vive, não só naquele espaço, mas em qualquer outra situação. (TOMAZI, 1997, p. 44)

Se nas salas de aula atuais, o aluno ainda não adquiriu uma postura de protagonista na construção do próprio conhecimento, sendo livre para expressar e participar, posicionando de forma crítica perante as situações do cotidiano escolar, existe ao menos muito mais liberdade, conforme atesta a Figura 3, por meio dos risos e da postura desordenada dos corpos dos alunos. Embora prevaleça o formato da carteira individual, evidencia-se uma diferença em sua qualidade, sendo fabricadas de compensado de madeira ou plástico, as carteiras e cadeiras apresentam-se menos

duráveis e muito mais frágeis. Percebem-se, também, mudanças na organização espacial da sala de aula, acabando com a rigidez na disposição das carteiras enfileiradas e voltadas para o professor. As carteiras apresentam-se na forma individual e móvel, permitindo a realização de atividades diversificadas, com disposição da classe em diferentes formas, como em grupos ou círculos, adequando-se à necessidade da situação e à proposta de desenvolvimento da atividade, sob a orientação da professora, que se desloca para todas as partes da sala para atender as necessidades específicas de cada aluno. Para Souza (1998), o aparecimento, uso, modificação e desaparecimento dos objetos escolares são reveladores das práticas educacionais e suas transformações.

Mas mesmo que exista esta diferença no plano físico-espacial da sala, ainda o conhecimento é tratado de forma autoritária. Eu sempre ouço dos alunos, as seguintes perguntas: – Professor, a resposta está no livro ou no caderno? Na sua cabeça, onde ela sempre estará, digo. – Professor dá prova de “xizinho”? A natureza dessas interrogações demonstra que ainda falta muito para conquistarmos o protagonismo no conhecimento.

Considerações finais

Com a diminuição da ação da escola para conter os corpos dos alunos, a relação de poder existente sofreu transformações. A autoridade do professor perante os alunos tem-se enfraquecido a cada dia, pelo reflexo dos atos de violência, ante a vivência de um contexto de muita proteção para com o indivíduo, principalmente quando menor de idade. Muitos alunos acham que podem fazer tudo que querem convictos da impunidade e, sinceramente, é isto que infelizmente acontece na maioria dos casos. Criamos uma legislação que protege crianças e adolescentes, e isto representa um avanço, mas não construímos formas de trabalhos que substituíssem a antiga punição, ou a educação pelo medo. A legislação foi aplicada, e é aplicada, sem o devido cuidado e preparo dos profissionais, que vêm na lei apenas uma permissão para que o aluno seja educacionalmente displicente.

A escola deve perceber que a educação de um cidadão livre e ativo se faz por meio da atividade consciente e da necessidade do respeito numa vida em sociedade, e não na ameaça e no medo da punição. Se a escola pretende construir um espaço para o desenvolvimento de pessoas conscientes e responsáveis socialmente, ela, primeiramente, deve eliminar de seu interior, qualquer forma de autoritarismo e apostar numa educação para a liberdade, o respeito e o amor. O excesso de desrespeito dos alunos apenas revela a falta de um caminho a se construir e que leve em conta a nova ordem.

Logo, sem dúvida, a relação professor-aluno implica de forma decisiva para o processo educacional e, por meio dela dependerão as características e os resultados do processo de ensino e aprendizagem, cabendo ao professor a responsabilidade de estabelecer as condições para que ela ocorra.

Referências

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, de 14 de julho de 1990, Brasília: Poder Executivo, 1990.
- COSTA, R. A. **Disciplina na escola**: adolescência e constituição da subjetividade. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- SOUZA, R. F. **História da organização escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.
- TOMAZI, N. D. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Atual, 1997.

Endereço para correspondência:

Wilson Ricardo Antoniassi Almeida
Rua Asme Abdalla Salibe, 408 – Jardim Residencial Granja Machado
13485-210 Limeira, SP, Brasil
E-mail: <ricantoniassi@hotmail.com>

Recebido em: jun./2014

Aceito em: ago./2014